

Armínio manda baixar juros para 42%

■ Redução ainda é considerada insuficiente para estimular a queda das taxas cobradas nos cheques especiais ou cartões de crédito

UGO BRAGA

BRASÍLIA – Inaugurando a autorização dada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) para reduzir os juros sem precisar de uma reunião extraordinária (mecanismo chamado de “viés de baixa”), o presidente do Banco Central, Armínio Fraga Neto, determinou ontem a diminuição da meta para a taxa over/Selic de 45% para 42% ao ano. A partir de hoje, a mesa de mercado aberto da instituição já estará emprestando e tomando dinheiro dos bancos a juros menores.

A queda, porém, não é suficiente para ser repassada em cascata ao resto da economia. Assim, as taxas praticadas pelas instituições financeiras no cheque especial, financiamento do cartão de crédito e demais empréstimos ao consumidor – como os crediários – não devem sofrer reajustes significativos nos próximos dias. A parte boa da notícia é que o BC iniciou a tão propagada queda gradual dos juros, segundo a qual o país terminará 1999 com taxas nominais abaixo dos 20% ao ano.

O diretor de Política Monetária do BC, Luiz Fernando Figueiredo, explicou que Armínio Fraga decidiu baixar os juros depois de uma melhora significativa do cenário econômico nos últimos dias. “A inflação ficou abaixo das nossas expectativas”, frisou.

Figueiredo disse também que o leilão de títulos públicos realizado na terça-feira foi outro ponto crucial para a decisão de atenuar a política monetária. Depois de quase um ano sem vender papéis prefixados, o Tesouro Nacional conseguiu, anteontem, colocar esse tipo de título a taxas menores que a de mercado – na ocasião, o juro interbancário andava próximo de 45% e a remuneração oferecida nos papéis ficou na média de 42% ao ano. “Temos informações de que a procura dos investidores foi 14 vezes maior do que a oferta”, comemorou o diretor.

Inflação – No início do mês, precisamente no dia 4, data da posse de Armínio Fraga, o BC havia elevado a taxa de juros de 39% para 45% ao ano. Tomou a decisão porque o reajuste de preços nas mercadorias negociadas com o exterior, ocorrido por causa da desvalorização do real, vinha pressionando para cima os índices de inflação. Em fevereiro, o Índice Geral de Preços ao Consumidor (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas, já havia chegado a 3,61%, contra 1,78% em todo o ano passado.

O BC aumentou os juros para encarecer o dinheiro e frear o consumo. Assim, as empresas não conseguiriam vender mercadorias com preços muito altos e parariam as remarcações. Uma série de medidas tomadas pelo Banco Central impediram a saída de dólares do país e, em alguns casos, trouxe mais divisas.

Esse fato, aliado ao fim das negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e viagem da equipe econômica ao exterior na semana passada, trouxeram tranquilidade ao mercado de câmbio. Como o dólar não subiu e até ensaiou uma baixa nas últimas semanas, as empresas reviram seus preços no que diz respeito a bens importados ou exportáveis. O resultado é que a taxa de inflação nas primeiras semanas de março ficaram abaixo do que estava sendo projetado.

“A expectativa hoje é muito melhor que na época em que o Copom aumentou os juros”, reconheceu Luiz Fernando Figueiredo. A baixa de ontem, inclusive, já vinha sendo antecipada pelo mercado financeiro, que, na bolsa de futuros, apostava em taxas menores. “O BC em nenhum momento deixará que a atividade econômica caia além do necessário”, afirmou o diretor.

■ O governo decidiu reestruturar o Ministério do Desenvolvimento, criado no início do ano, anunciou ontem o ministro Celso Lafer. O secretário de Comércio e Serviços, Hélio Mattar, braço direito de Lafer, ganha status de supersecretário, acumulando as secretarias de Tecnologia e Política Industrial. Segundo Lafer, a mudança consolida o processo de reformulação da pasta, que surgiu do antigo Ministério da Indústria e Comércio e incorporou o BNDES e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).